



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

LEI N° 1.248/2017.

Sapé, 13 de julho de 2017.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES  
PARA A ELABORAÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO  
DE SAPÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Seção Única**

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165 da Constituição Federal e nas normas contidas na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Sapé para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

- a) As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- b) A estrutura e organização do orçamento;
- c) As diretrizes gerais as orientações e os critérios para a elaboração e a execução do orçamento do Município para exercício de 2018 e suas alterações, incluindo as despesas de capital;
- d) As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- e) Equilíbrio entre receitas e despesas;



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

- f) Critérios para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas;
- g) As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais.
- h) A Promoção do equilíbrio fiscal.
- i) As disposições finais.

§ 1º - Em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

**I - Anexo de Metas Fiscais para 2018:**

- **Demonstrativo I** - Metas Anuais.
- **Demonstrativo II** - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- **Demonstrativo III** - Metas Fiscais Anuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- **Demonstrativo IV** - Evolução do Patrimônio Líquido;
- **Demonstrativo V** - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- **Demonstrativo VI** - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- **Demonstrativo VII** - Projeção Atuarial do RPPS
- **Demonstrativo VIII** - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- **Demonstrativo IX** - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
- **Demonstrativo X** - Fixação das Despesas de Capital para o exercício de 2018.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**II - Anexo de Riscos Fiscais.**

§ 2º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2018 têm o seguinte objetivo:

**I** - Desenvolvimento do atendimento à saúde da população, com o incremento de ações, que visem à melhoria dos programas implantados e a implantar, e redução da mortalidade infantil através de políticas de saúde.

**II** - Incremento do aumento de vagas no ensino fundamental que procurem atender a todas as crianças em idade escolar.

**III** - Aumentar o número de vagas nas creches e em estabelecimentos de educação infantil que visem atender todas as crianças de famílias carentes residentes no município.

**IV** - Promover ações de estímulo ao esporte e Lazer no município.

**V** - Assistência e proteção à maternidade, à infância, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos que necessitem de auxílios do poder público.

**VI** - Oferecer capacitação a população através de Cursos Profissionalizantes.

**VII** - Ampliar o número de vagas oferecidas aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, visando o combate sistemático ao analfabetismo.

**VIII** - Implantação de Escola Integral

**IX** - Desenvolvimento em articulação com Governos Federal, Estadual e outros organismos de programas visando à implantação de políticas de:

- a) Preservação do meio-ambiente;
- b) Desenvolvimento de Projetos de Habitação Urbana e Rural para população de baixa renda
- c) Preservação do patrimônio histórico cultural e político social.
- d) Saneamento Básico



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

- e) Aprimorar a infra-estrutura municipal e modernização administrativa.
- f) Elaboração de Plano diretor
- g) Atendimento á criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada
- h) Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura;
- i) Geração de Emprego e Renda.

**Art. 2º** - As ações e metas prioritárias da Administração Pública Municipal são as discriminadas no Demonstrativo X a esta Lei, as quais terão procedência na alocação dos recursos no projeto de lei orçamentária anual para 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DEFINIÇÕES**  
**Seção Única**

**Art. 3º** - As definições dos termos e os conceitos constantes desta Lei são aqueles estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

**CAPÍTULO III**  
**DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**  
**Seção I**  
**Do Equilíbrio**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 4º** - Na elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2018 será assegurado o equilíbrio, na forma da LC nº 101/2000, não podendo o valor das despesas fixadas serem superiores as das receitas previstas.

**Seção II**

**Projeto de Lei Orçamentária**

**Art. 5º** - O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2018 será elaborado de forma compatível com a Lei Complementar nº 101/2000, com a Lei 4.320/64, com as disposições da Constituição do Estado da Paraíba, com o plano plurianual e com as disposições desta Lei, obedecendo aos prazos constantes nas Resoluções do Tribunal de Contas.

**§ 1º** - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária, para o exercício de 2018, programas, projetos e metas existentes no plano plurianual em vigor, em decorrência da compatibilização das despesas com a previsão de receitas, sem prejuízo das prioridades aqui definidas.

**§ 2º** - Poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária os projetos imprecisos constantes do plano plurianual, consoante disposição de § 4º do art. 5º da LC Nº 101/2000.

**§ 3º** - Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

§ 4º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 5º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

**Art. 6º** - O Projeto da Lei Orçamentária de 2018, que o Poder Executivo encaminhará a Câmara municipal, e a respectiva Lei será constituído de:

**I** - Projeto de Lei Orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de texto e demonstrações;

**II** - Anexos, compreendendo o orçamento fiscal e de seguridade social, contendo os seguintes demonstrativos:

**a)** analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;

**b)** recursos destinados à manutenção e desenvolvimento de ensino, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pelo artigo 212 da Constituição Federal;

**c)** recursos destinados à promoção de ações voltadas à criança e adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelos respectivos conselhos;



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

- d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- e) natureza da despesa, para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;
- f) despesa por fontes de recursos para cada órgão, que integra a estrutura administrativa do Município;
- g) receita e despesa por categorias econômicas;
- h) despesas previstas consolidada, ao nível de categoria econômica, subcategoria, elemento e sub-elemento;
- i) programa de trabalho de cada unidade orçamentária, ao nível de função, sub-função e projetos / atividades;
- j) consolidado por funções, sub-função e programas;
- l) consolidado por funções, sub-função e programas, evidenciando os recursos vinculados;
- m) despesa por órgãos e funções;
- n) despesa por unidade orçamentária e por categoria econômica;
- o) despesa por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao Orçamento Global;
- p) recursos destinados ao Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério - FUNDEB;
- q) programação referente ao atendimento da aplicação em ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 29/2000.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

r) despesas de caráter obrigatório e continuado, conforme definido no art. 17 da LC 101/2000.

**III** - Mensagem, contendo uma análise da conjuntura econômica e as implicações sobre a proposta orçamentária;

§ 1º - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços vigentes em agosto de 2017.

§ 2º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, as respectivas para a arrecadação no exercício de 2017 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária.

§ 3º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "déficit" ou "superávit" corrente.

**Art. 7º** - No texto da lei orçamentária para o exercício de 2018 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 60 % (sessenta por cento) do total da receita prevista, assim como autorização para remanejamento de uma Unidade para outra.

**Art. 8º** - O Orçamento para o exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e Administração Indireta, podendo subdividir as Unidades Gestoras.

**Art. 9º** - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma da Lei.

**Art. 10** - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual enquanto não iniciada a votação, na Comissão Específica.

**Art. 11** - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentaria de 2018 e em créditos adicionais, e a sua execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**Parágrafo único.** O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, de maneira a permitir o acompanhamento das gestões orçamentárias, financeira e patrimonial.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Seção III**

**Da Classificação das Receitas e Despesas**

**Art. 12** - Na lei orçamentária a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

**I - CATEGORIA ECONÔMICA**

**II - GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA**

**III - ELEMENTO DE DESPESA**

§ 1º - A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa conforme a lei orçamentária anual.

§ 2º - As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título e descritor que caracterize as respectivas metas ou ação política esperada, segundo a classificação funcional programática estabelecida no § 2º do art. 8º e no Anexo 5 da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64 e Portaria 163 de 04/05/2001, e suas alterações posteriores.

§ 3º - Para atender as disposições contidas no § 1º do Art. 18 da LC nº 101/2000, deverá ser criado nas unidades específicas, programas denominados "Outras Despesas de Pessoal - Terceirização de Mão-de-obra".



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

§ 4º - As ajudas e doações a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a Lei Municipal, que regulamenta a destinação de recursos para atender doações a pessoas carentes, visando suprir necessidades comuns e de baixo custo, estabelecendo critérios e forma de comprovação.

**Art. 13** - As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

**Art. 14** - A Classificação da Receita a ser dotada para o orçamento de 2018 obedecerá às disposições do Anexo I da Lei Federal nº 4.320, atualizada pela Portaria 163/2001 e suas alterações.

**Parágrafo único** - A Classificação orçamentária poderá ser alternada diante da superveniência de norma estabelecida pela União Federal.

**CAPÍTULO IV**

**DAS RECEITAS**

**Seção Única**

**Art. 15** - A execução da receita obedecerá às disposições das Seções I e II do Capítulo III, artigos 11 a 14 e demais disposições da LC nº 101/2000, assim como Portaria 326 STN.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018 serão levados em consideração, para efeito de previsão de receita, os seguintes fatores:

- I - efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II - variações de índices de preços;
- III - crescimento econômico;
- IV - Índice inflacionário

§ 2º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitido se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do § 1º, do art. 12 da LC Nº 101/00.

**Art. 16** - A concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma prevista na LC Nº 101/2000.

**CAPÍTULO V**

**DAS DESPESAS COM PESSOAL**

**SEÇÃO ÚNICA**

**Art. 17** - Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos nos art. 18º a 23º e demais disposições da LC Nº 101/2000.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 18** - O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas líquidas e das despesas totais de pessoal, evidenciando o percentual das receitas comprometidas com pessoal.

§ 1º - Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entendem-se como despesas de pessoal, o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandato eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas à entidade de previdência, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação vigente.

§ 2º - A despesa total com pessoal, para o atendimento das disposições da LC Nº. 101/00 será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

§ 3º - Cabe ao serviço de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados nos §§1º e 2º deste artigo.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 19** - Para atendimento das disposições do art. 7º da Lei Federal nº 9.424, de 24.12.96, o Poder Executivo poderá conceder abono salarial aos profissionais de magistério, assim como, em decorrência da emenda constitucional 25, fica também autorizado ao pessoal ligado a Saúde.

**Art. 20** - A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 19/98, para o exercício de 2018, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitados os limites constantes da LC Nº 101/00, devendo estar autorizado, também, obedecendo a legislação vigente, conceder reajuste aos Agentes Políticos e Secretariados, limitado ao estabelecido para os servidores municipais.

**Art. 21** - Criação de novos cargos ou função e/ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários do município, contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e admitir pessoal aprovado em concurso público, nos termos da legislação vigente.

**CAPÍTULO VI**

**DAS TRANSFERÊNCIAS E SUBVENÇÕES**

**Seção I**

**Repasse de Recursos ao Poder Legislativo**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 22** - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura na data estabelecida no art. 168 da Constituição Federal, através de suprimento de fundos de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25 de 14 de fevereiro de 2.000, devendo o controle interno (Contadoria) da Câmara Municipal, consoante art. 74 da Constituição Federal, encaminhar os balancetes ao Poder Executivo, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado.

**Seção II**

**Repasses a Instituições Públicas e Privadas**

**Art. 23** - Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2018, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários privados sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculados ao Município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá, respeitadas as disposições da LC Nº 101/2000, de formalização do instrumento de liberação de recursos e das regras do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**I** - de que as entidades sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

**II** - de lei específica, autorizativa da subvenção;

**III** - da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;

**IV** - da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

**V** - da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 31 de julho de 2017.

**VI** - Não se encontra em situação de inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

**Parágrafo único** - Não constará na proposta orçamentária para o exercício de 2018, dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos, I, III, IV e V do presente artigo.

**Art. 24** - A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## CAPÍTULO VII

### DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FISCALIZAÇÃO

#### Seção I

##### Da Limitação do Empenho





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 25** - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais;

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o dispositivo no artigo 45 da Lei complementar nº 101/2000;

**Art. 26** - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018 o Cronograma Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101.

**Seção II**

**Do Controle Interno**

**Art. 27** - Até a publicação de código de administração financeira própria, o Município adotará as normas e



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

regulamentos do Código de Administração Financeira do Estado da Paraíba, respeitada as disposições da legislação federal em vigor.

**CAPÍTULO VIII**

**DAS VEDAÇÕES**

**Seção Única**

**Disposições Gerais**

**Art. 28** - Será considerada não autorizada, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação em desacordo com o art. 15 da LC nº 101/2000, quando desacompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subseqüentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.

**Art. 29** - É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

**CAPÍTULO IX**

**DAS DÍVIDAS**

**Seção I**

**DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA**

**Subseção I**

**Dos Precatórios**

**Art. 30** – Será consignada, no orçamento para o exercício de 2018, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, de sentenças judiciais de pequeno valor, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2017, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2018, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal.

*de*



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - O Sistema de Controle Interno da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.

**Subseção II**

**Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna**

**Art. 31** - O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Interna, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

**Art. 32** - O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá à disposição da LC Nº 101/2000.

**CAPÍTULO X**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Seção I**

**Dos Prazos**

**Art. 33** - A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2018 será entregue ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2017 e devolvido para sanção até 30 (trinta) de novembro, consoante disposições da Constituição do Estado da Paraíba.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 34** - A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2018, será entregue ao Poder Executivo até 31 (trinta e um) de junho de 2017 para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária, observadas as disposições do art. 29-A da CF, com a redação que lhe deu a emenda 58/2009, podendo, em decorrência de erro ou omissão, ser ajustado pelo Poder Executivo através da Contadoria Municipal, evidenciando os motivos.

**Seção II**

**Alterações na Legislação Tributária**

**Art. 35** - Os projetos de lei relativos a alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2018, deverão ser encaminhados ao Poder Legislativo até novembro de 2017 e IMPRETERIVELMENTE ser apreciado pelo Poder Legislativo antes do recesso parlamentar, sob pena de responder por crime de responsabilidade e improbidade administrativa.

**Seção III**

**Das Disposições Gerais**

**Art. 36** - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

infraestrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, promoção de atividades geradoras de empregos, bem como cooperação técnica e financeira para propiciar realização de atividades e/ou serviços com finalidades públicas.

**Art. 37** - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões:

**I** - ao Poder Executivo, até 30 de julho do corrente ano, junto à Secretaria de Finanças;

**II** - ao Poder Legislativo, na comissão técnica, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais;

**III** - Através de orçamento participativo

**§ 1º** - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

**Art. 38** - A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução com a forma e os detalhes apresentados na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas Resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

**Art. 39** - O valor do Orçamento para o Poder Legislativo a ser incluído no Orçamento Global do Município, não poderá



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

ultrapassar o percentual de 7% (sete) por cento, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º - Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

§ 2º - Se o Poder Legislativo não encaminhar no prazo legal sua proposta orçamentária, será considerada como proposta a executada no orçamento vigente, tendo como base de referencia, a execução relativa ao mês de julho, prevalecendo os acréscimos ou deduções concernentes a Créditos Especiais.

**Art. 40** - O poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício financeiro de 2018, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

**Art. 41** - A Lei Orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 1% (hum por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2018, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 42** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal através de órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 43** - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2017, a programação nele constante poderá ser executada até o limite mensal de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Legislativo, até que seja sancionada a respectiva Lei Orçamentária.

**Art. 44** - Os relatórios resumidos da execução orçamentária serão elaborados e divulgados na conformidade dos arts. 52 e 53 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000.

**Art. 45** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 46** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Sapé**, em 13 de julho  
de 2017.

**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**

*Prefeito*



**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**a) METAS ANUAIS 2018 a 2020**

LRF, art 4º § 1º

Especificação	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB X100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB X100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB X100)
Receita Total	99.374.138	93.012.110		106.648.325	93.012.668		115.126.867	93.016.778	
Receitas Primárias (I)	98.933.957	92.600.110		106.175.923	92.600.665		114.616.909	92.604.758	
Despesa Total	99.374.138	93.012.110		106.648.325	93.012.668	-	115.126.867	93.016.778	
Despesas Primárias (II)	97.034.342	90.822.110		104.137.256	90.822.655		112.416.168	90.826.669	
Resultado Primário (I - II)	1.899.615	1.778.000		2.038.667	1.778.010		2.200.741	1.778.089	
Resultado Nominal	1.120.000	1.048.297		930.000	811.094		780.000	630.201	
Dívida Pública Consolidada	63.027.157	58.992.098		62.907.157	54.864.083		61.977.157	50.074.458	
Dívida Consolidada Líquida	62.998.895	58.965.645		61.500.000	53.636.839		60.250.000	48.679.001	

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
PIB real (crescimento % anual)	-	-	-
Inflação média (%anual) projetada INPC	-	-	-
Projeção do PIB do Estado	-	-	-
Varição Transferências Constitucionais	6,84	7,32	7,95

PIB da Paraíba 2013 - 46.325.355 (Fonte IBGE)

PIB do Município de SAPÉ 2013 - 401.734 (Fonte IBGE)

A média da variação das Transferências Constitucionais recebidas pelo Município 2012/2015 (Fonte Balançetes Mensais e STN)

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**b) AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**EXERCÍCIO DE 2018**

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

Especificação	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	97.873.500		86.794.782		(11.078.718,00)	(11,32)
Receitas Primárias (I)	97.476.500		86.201.680		(11.274.820,00)	(11,57)
Despesa Total	97.873.500		87.892.005		(9.981.495,00)	(10,20)
Despesas Primárias (II)	95.968.500		84.133.945		(11.834.555,00)	(12,33)
Resultado Primário (I - II)	1.508.000	-	2.067.735		559.735,00	37,12
Resultado Nominal	1.380.000		1.380.000		-	-
Dívida Pública Consolidada	70.731.514		70.731.514		-	-
Dívida Consolidada Líquida	68.325.435		68.325.435		-	-



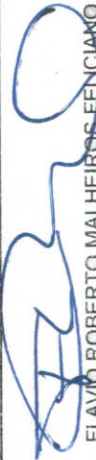
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**c) METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**ANO 2018**

LRP, art 4º, § 2º, inciso II

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	Ano 2015	Ano 2016	%	Ano 2017	%	Referência 2018	%	Ano 2019	%	Ano 2020	%
Receita Total	91.074.000	97.873.500	7,47	102.371.900	4,60	99.374.138	(2,93)	106.648.325	7,32	115.126.867	7,95
Receitas Primárias (I)	90.749.500	97.476.500	7,41	101.959.900	4,60	98.933.957	(2,97)	106.175.923	7,32	114.616.909	7,95
Despesa Total	91.074.000	97.873.500	7,47	102.371.900	4,60	99.374.138	(2,93)	106.648.325	7,32	115.126.867	7,95
Despesas Primárias (II)	89.019.000	95.968.500	7,81	100.181.900	4,39	97.034.342	(3,14)	104.137.256	7,32	112.416.168	7,95
Resultado Primário (I - II)	1.730.500	1.508.000	(12,86)	1.778.000	17,90	1.899.615	6,84	2.038.667	7,32	2.200.741	7,95
Resultado Nominal	380.000	380.000	-	1.380.000	-	1.120.000	(18,84)	930.000	(16,96)	780.000	(16,13)
Dívida Pública Consolidada	29.100.675	62.617.435	-	60.731.514	-	63.027.157	3,78	62.907.157	(0,19)	61.977.157	(1,48)
Dívida Consolidada Líquida	27.600.675	59.250.300	-	58.325.435	-	62.998.895	8,01	61.500.000	(2,38)	60.250.000	(2,03)

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	Ano 2015	Ano 2016	%	Ano 2017	%	Referência 2018	%	Ano 2019	%	Ano 2020	%
Receita Total	82.175.500	91.074.000	10,83	97.873.500	7,47	93.012.110	(4,97)	93.012.668	0,00	93.016.778	0,00
Receitas Primárias (I)	81.913.500	90.749.500	10,79	97.476.500	7,41	92.600.110	(5,00)	92.600.665	0,00	92.604.758	0,00
Despesa Total	82.175.500	91.074.000	10,83	97.873.500	7,47	93.012.110	(4,97)	93.012.668	0,00	93.016.778	0,00
Despesas Primárias (II)	80.115.500	89.019.000	11,11	95.968.500	7,81	90.822.110	(5,36)	90.822.655	0,00	90.826.669	0,00
Resultado Primário (I - II)	1.798.000	1.730.500	(3,75)	1.508.000	(12,86)	1.778.000	17,90	1.778.010	0,00	1.778.089	0,00
Resultado Nominal	325.000	380.000	16,92	380.000	-	1.048.297	-	811.094	(22,63)	630.201	(22,30)
Dívida Pública Consolidada	11.280.649,00	29.100.675	157,97	62.617.435	115,18	58.992.098	-	54.864.083	(7,00)	50.074.458	(8,73)
Dívida Consolidada Líquida	10.164.647,00	27.600.675	171,54	59.250.300	114,67	58.965.645	-	53.636.839	(9,04)	48.679.001	(9,24)

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS-FENCIANO**  
 Prefeito

**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**d) EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIO DE 2018**

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

	Ano 2016	%	Ano 2015	%	Ano 2014	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Patrimônio/Capital	26.861.481,00	100,00	26.890.715,00	100,00	22.535.192,00	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>26.861.481,00</b>	<b>100,00</b>	<b>26.890.715,00</b>	<b>100,00</b>	<b>22.535.192,00</b>	<b>100,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

	Ano 2016	%	Ano 2015	%	Ano 2014	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Patrimônio/Capital	1.452.137,00	-	1.879.951,00	-	3.181.214,00	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	0,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.452.137,00</b>	<b>-</b>	<b>1.879.951,00</b>	<b>-</b>	<b>3.181.214,00</b>	<b>-</b>

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**e) ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**EXERCÍCIO DE 2018**

LRF, art 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS	Ano 2016 (a)	Ano 2015 (d)	Ano 2014
RECEITAS DE CAPITAL	205.345,00	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	205.345,00	-	-
Alienação de Bens Móveis	205.345,00	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>205.345,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

DESPESAS LIQUIDADAS	Ano 2016 (a)	Ano 2015 (d)	Ano 2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	205.345,00	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	205.345,00	-	-
Investimentos	205.345,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>205.345,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>(c) = (a-b) + (f)</b>	<b>(f) = (d-e) + (g)</b>	<b>(g)</b>

Fonte: Balanços Anuais.



**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

0) RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2014	2015	2016
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>4.252.519,38</b>	<b>3.065.272,43</b>	<b>3.201.361,58</b>
RECEITAS CORRENTES	4.252.519,38	3.065.272,43	3.201.361,58
Receita de Contribuições dos Segurados	1.715.354,79	2.187.861,14	2.488.146,41
Pessoal Civil	1.715.354,79	2.187.861,14	2.488.146,41
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	37.184,98	96.140,60	61.767,92
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	2.499.979,61	781.270,69	651.447,25
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	2.478.906,83	776.970,56	621.962,20
Outras Receitas Correntes	21.072,78	4.300,13	29.485,05
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>3.442.582,95</b>	<b>2.987.266,37</b>	<b>4.347.297,48</b>
RECEITAS CORRENTES	3.442.582,95	2.987.266,37	4.347.297,48
Receita de Contribuições	3.406.463,39	2.905.578,91	4.249.971,19
Patronal	2.084.649,66	1.178.794,55	1.276.851,62
Pessoal Civil	2.084.649,66	1.178.794,55	1.276.851,62
Pessoal Militar	-	-	-
Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Regime de Débitos e Parcelamentos	1.321.813,73	1.726.784,36	2.973.119,57
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	36.119,56	81.687,46	97.326,29
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>7.695.102,33</b>	<b>6.052.538,80</b>	<b>7.548.659,06</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b>	<b>5.993.128,79</b>	<b>7.085.894,03</b>	<b>8.202.866,88</b>
ADMINISTRAÇÃO	439.899,94	411.309,66	245.340,94
Despesas Correntes	438.849,94	410.309,66	238.511,94
Despesas de Capital	1.050,00	1.000,00	6.829,00
PREVIDÊNCIA	5.553.228,85	6.674.584,37	7.957.525,94
Pessoal Civil	5.236.536,79	6.462.253,67	7.845.686,93
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	316.692,06	212.330,70	111.839,01
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	316.692,06	212.330,70	111.839,01
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>5.993.128,79</b>	<b>7.085.894,03</b>	<b>8.202.866,88</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>1.701.973,54</b>	<b>(1.033.355,23)</b>	<b>(654.207,82)</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva	NADA	A	INFORMAR
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-	-	892.600,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	1.384.281,39	843.908,87	273.169,22

FONTE: Balanço do Instituto de Previdência

  
FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO

Prefeito

**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**G) PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**  
**EXERCÍCIO DE 2018**

AMF - Tabela 7 (LRF, art 4º, § 2º inciso IV, alínea a)

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (Exerc Ant + (c))
2016	7.548.659,06	8.202.866,88	(654.207,82)	843.908,87
2017	6.052.538,80	7.085.894,03	(1.033.355,23)	(189.446,36)
2018	6.203.852,27	7.440.188,73	(1.236.336,46)	(1.425.782,82)
2019	6.358.948,58	7.812.198,17	(1.453.249,59)	(2.879.032,41)
2020	6.517.922,29	8.202.808,08	(1.684.885,79)	(4.563.918,20)
2021	6.680.870,35	8.612.948,48	(1.932.078,13)	(6.495.996,33)
2022	6.847.892,11	9.043.595,90	(2.195.703,80)	(8.691.700,13)
2023	7.019.089,41	9.495.775,70	(2.476.686,29)	(11.168.386,42)
2024	7.194.566,65	9.970.564,48	(2.775.997,84)	(13.944.384,26)
2025	7.374.430,81	10.469.092,71	(3.094.661,90)	(17.039.046,15)
2026	7.558.791,58	10.992.547,34	(3.433.755,76)	(20.472.801,92)
2027	7.747.761,37	11.542.174,71	(3.794.413,34)	(24.267.215,26)
2028	7.941.455,41	12.119.283,45	(4.177.828,04)	(28.445.043,30)
2029	8.139.991,79	12.725.247,62	(4.585.255,83)	(33.030.299,13)
2030	8.343.491,59	13.361.510,00	(5.018.018,42)	(38.048.317,54)
2031	8.552.078,87	14.029.585,50	(5.477.506,63)	(43.525.824,17)
2032	8.765.880,85	14.731.064,78	(5.965.183,93)	(49.491.008,10)
2033	8.985.027,87	15.467.618,01	(6.482.590,15)	(55.973.598,24)
2034	9.209.653,56	16.240.998,91	(7.031.345,35)	(63.004.943,59)
2035	9.439.894,90	17.053.048,86	(7.613.153,96)	(70.618.097,55)
2036	9.675.892,28	17.905.701,30	(8.229.809,03)	(78.847.906,58)
2037	9.917.789,58	18.800.986,37	(8.883.196,79)	(87.731.103,36)
2038	10.165.734,32	19.741.035,69	(9.575.301,36)	(97.306.404,73)
2039	10.419.877,68	20.728.087,47	(10.308.209,79)	(107.614.614,52)
2040	10.680.374,62	21.764.491,85	(11.084.117,22)	(118.698.731,74)
2041	10.947.383,99	22.852.716,44	(11.905.332,45)	(130.604.064,19)
2042	11.221.068,59	23.995.352,26	(12.774.283,67)	(143.378.347,86)
2043	11.501.595,30	25.195.119,87	(13.693.524,57)	(157.071.872,43)
2044	11.789.135,19	26.454.875,87	(14.665.740,68)	(171.737.613,11)
2045	12.083.863,57	27.777.619,66	(15.693.756,09)	(187.431.369,20)
2046	12.385.960,15	29.166.500,64	(16.780.540,49)	(204.211.909,69)
2047	12.695.609,16	30.624.825,67	(17.929.216,52)	(222.141.126,21)
2048	13.012.999,39	32.156.066,96	(19.143.067,57)	(241.284.193,78)
2049	13.338.324,37	33.763.870,31	(20.425.545,93)	(261.709.739,71)
2050	13.671.782,48	35.452.063,82	(21.780.281,34)	(283.490.021,05)
2051	14.013.577,04	37.224.667,01	(23.211.089,97)	(306.701.111,02)
2052	14.363.916,47	39.085.900,36	(24.721.983,89)	(331.423.094,91)

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

**MUNICÍPIO DE SAPÉ - PB**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**1 - ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**h) ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2018**

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1.00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
		<b>NADA</b>	<b>A</b>	<b>INFORMAR</b>		
<b>TOTAL</b>						

OBS.: Não há renúncia de receita prevista.



**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito



**MUNICÍPIO DE SAPÉ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**I - ANEXO DE METAS FISCAIS**

**i) MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**EXERCÍCIO 2018**

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2018
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	NADA
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	A
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	INFORMAR
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	

OBS.: NADA A INFORMAR

  
FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO  
Prefeito

**ANEXOS DE METAS FISCAIS PARA 2018**  
**j) Fixação despesas de capital para o exercício de 2018**

AÇÃO	VALOR
<b>CÂMARA MUNICIPAL DE SAPE</b>	
Construir/Reformar/Ampliar o Predio da Camara	70.000,00
Adquirir Equipamentos para Implantar Biblioteca Virtual	30.000,00
<b>GABINETE DO PREFEITO</b>	
Adquirir Equipamentos para Procuradoria Geral do Municipio	10.000,00
Adquirir Veiculo e Equipamentos para o Gabinete do Prefeito	42.000,00
<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS</b>	
Adquirir Desapropriar Imoveis p/ Instalações Administrativas	60.000,00
Adquirir Equipamentos p/ Sec. De Administração e Rec. Humanos	20.000,00
Ampliar Reformar o Predio do Centro Administrativo	107.000,00
Melhoria na Infra Estrutura Fisica no Predio Sede da Prefeitura	100.000,00
<b>SECRETARIA DE FINANÇAS</b>	
Adquirir Equipamentos para Secretaria de Finanças	13.000,00
<b>SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO</b>	
Adquirir Equipamentos para Secretaria de Controle Interno	10.500,00
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO</b>	
Construir Equipar Centro Digital	171.000,00
Construir Rec. Quadras, Ginasios Poliesportivos nas Escolas Municipais	1.265.000,00
Adquirir Veiculos e Equipamentos p/ Unidades Escolares- FNUDEB	240.000,00
Reformar Ampliar Equipar Predio Sede da Secretaria da Educação	90.000,00
Adquirir Desapropriar Imoveis p/ Implantação de Projetos Educacionais	74.000,00
Construir Equipar Centro de Capacitação da Educação	254.000,00
Construir Reformar Ampliar Unidades Escolar- MDE	295.000,00
Adquirir Veiculos e Equipamentos p/ Unidades Escolares- MDE	165.000,00
Construir Reformar Ampliar Unidades Escolar-FUNDEB	295.000,00
Construir Recuperar Ampliar Unidades Escolares- Convenio	529.000,00
Adquirir Equipamentos p/ Unidades Escolares- Convenio	62.000,00
Adquirir Mobiliarios e Equipamentos p/ Unidades Educacionais- FNDE	275.000,00
Adquirir Veiculo p/ Transporte Escolar	268.000,00
Construir Ampliar Reformar Unidades de Ensino Infantil e Creche	952.000,00
Construir Ginasio de Esportes e Quadras Poliesportivas	228.000,00
Construir Recuperar Campos de Futebol e Mini Campos	175.000,00
Urbanizar e revitalizar o Pavilhão de eventos	80.000,00
<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA</b>	
Adquirir Veiculo e Equipamentos p/ Secretaria de Agricultura	50.000,00
Implantar Sistema de Abastecimento de Agua	330.000,00
Construir Recuperar Barragens, Açudes, Cisternas, Perfurar Poços	610.000,00
Construir Reformar Equipar Matadouro Publico	417.000,00
Adquirir Trator e Implementos Agricola	252.000,00
Construir Recuperar Equipar o Centro Integ. Da Agricultura Familiar	192.000,00
Revitalização do Mercado Publico	150.000,00
Reformar Revitalizar Area da Feira Livre Municipal	40.000,00
<b>SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E INFRA ESTRUTURA</b>	

Adquirir Mobiliarios e Equipamentos para Sec Meio Amb e Infra Estrutura	30.000,00
Aquisição Veiculos e Maquinas de Grande Porte para Secretaria	230.000,00
Reformar Cemiterios Publicos	42.000,00
Construir/Reformar Praças e Revitalização de Calçadão	210.000,00
Adquirir/Desapropriar Imoveis para implantação de projetos Infra Estrutura	79.000,00
Urbanização da Linha Ferrea e Construção de Ciclovias e Passeio Publico	220.000,00
Pavimentação em Paralelepipedo, Asfalto, Drenagem e Urbanizar	1.240.000,00
Reposição de Pavimentação (Oper. Tapa Buraco) Meio Fio, Linha D'agua	95.000,00
Construir Implantar Abrigos Rodoviaros	40.000,00
Reformar Recuperar Ampliar Predios Proprios do Municipio	65.000,00
Construir Unidades Habitacionais para população Zona Rural	152.000,00
Construir Unidades Habitacionais para população Zona Urbana	305.000,00
Implantação Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitario	785.000,00
Implantação e melhorias no sistema de Drenagem de Aguas Pluviais	375.000,00
Construir Modulos Sanitarios Domiciliares- MSD	260.000,00
Melhorar/Recuperar Estradas Vicinais	155.000,00
Construir Passagens Molhadas, Bueiros e Pontes	56.000,00
<b>DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO</b>	
Aquisição de Veiculo e Equipamentos p/ Dept. Mun. De Transito-DMTRANS	35.000,00
<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEC. DESENV. SOCIAL)</b>	
Ampliar Reformar Equipar Sede do Conselho Tutelar	30.000,00
Construir Equipar Centro de Convivência para Idosos	52.500,00
Construir Equipar Predio Sede Serviços Conv. Fort. Vinculos	83.800,00
Adquirir Veiculos e Equipamentos para Progamas Sociais	57.000,00
Construir Reformar Predios de Programas Sociais	55.000,00
Construir Equipar Sede para o CRAS	145.000,00
Construir Equipar Sede para Casa da Acolhida	59.100,00
Adquirir Desapropriar Areas para Projetos Habitacionais	95.000,00
Construir Reformar Unidades Habitacionais de Interesse Social	320.000,00
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
Construir Reformar Ampliar Unidades de Saúde Basica-UBSF	150.000,00
Adquirir Veiculo e Equipamentos para Atenção Basica Saúde	115.000,00
Equipar Unidade de Pronto Atendimento-UPA	200.000,00
Construir/Reformar/Equipar o NASF	300.000,00
Construir Equipar Academias de Saúde	146.000,00
Construir Equipar Unidades de Saúde Especializadas	332.000,00
Melhorias e Equipamentos p/ o Hospital Regional SA Andrade	220.000,00
Construir Centro de Atividades Terapeuticas	285.000,00
Construir/Reformar/Equipar o Centro de Especialidades Odondologicas	200.000,00
Construir Centro de Atendimento Especializado a Mulher	235.000,00
Adquirir Veiculo e Equipamentos para Saúde	115.000,00
Adquirir Desapropriar Imoveis para Saúde	70.000,00
Aquisição de Ambulâncias e Unidades Movel de Saúde	275.000,00
Construir Reformar Ampliar Unidades de Saúde	135.000,00
Equipar o Laboratorio de analises clinicas	80.000,00
Construir/Reformar/Equipar a Policlínica	150.000,00
Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde	200.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.400.900,00</b>

  
**FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO**  
 Prefeito

**MUNICÍPIO DE SAPÉ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**II - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**2018**

R\$ 1,00

LRF, art 4º, § 3º

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aumento do Salário Mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal	1.235.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	62.000,00
Ocorrências de epidemias ou outras Calamidades Públicas	185.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da anulação de dotação do Orçamento e/ou excesso de arrecadação da receita.	1.358.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.420.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.420.000,00</b>

FLAVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO  
 Prefeito

*Flo do Malheiros Feliciano*  
*Flavio Roberto Malheiros Feliciano*  
*Prefeito*